

Editorial

Acadêmicos, políticos, militares, diplomatas e jornalistas empregam usualmente o termo “nação” como sinônimo de Estado, país, sociedade, povo, população e até mesmo de território. Sobretudo quando se trata de legitimar atitudes e intenções de governantes envolvendo o emprego da força bruta, a remessa a uma comunidade de contornos nebulosos e substância mal definida, mas cuja sacralidade é facilmente aceita, parece irrecorrível. No caso dos agentes do Estado com folha de serviços relevante, o uso intensivo desse recurso legitimador lhes confere lugar seguro na galeria dos “construtores da nação”.

No Brasil, o Barão do Rio Branco, diplomata que negociou a delimitação das fronteiras, integra essa prestigiosa galeria. Abrimos esta edição com um artigo que discute o seu papel no desenvolvimento e na consolidação da percepção nacional brasileira. Seu autor, Luis Cláudio Villafañe, jovem diplomata integrado ao Observatório das Nacionalidades, elabora sua análise a partir do que considera características do nacionalismo brasileiro: o caráter tardio, o território como mito de origem e o esforço para relacionar dinastia e nação. Hoje, servindo na representação brasileira da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Luis Cláudio não integra o rol dos agentes públicos que tomam a nação como resultado do desenvolvimento “natural” da sociedade. Sintonizado nos vínculos estreitos entre a política externa e a emergência da sociedade nacional, seu trabalho endossa um pressuposto caro ao nosso grupo de pesquisa: o reconhecimento estrangeiro e a autopercepção como comunidade unida são processos paralelos e integrantes da construção da ordem internacional.

O estudo das experiências nacionais demanda olhares sobre o que ocorre além-fronteiras. Como pensar a nação brasileira ignorando o que se passa na vizinhança? Mais do que vizinhos, Argentina e Brasil firmaram suas identidades referenciando-se mutuamente. Esteban Vernik, escrevendo sobre o filósofo modernista Carlos Astrada, oferece ricos elementos de observação sobre o processo argentino. Revolucionário e modernista, Astrada concebia as nações como traduções críticas de mitos originários, sendo contemporâneo de intelectuais e artistas brasileiros que, propondo a renovação de padrões estéticos, buscaram no mundo rural e nas camadas populares elementos para discriminar a singularidade nacional. Examinando a ideia de nação na obra de Astrada, Vernik assinala como o

filósofo assumia legados universais. Como não lembrar os brasileiros que, desde o século XIX, pretendiam inserir a nacionalidade no “concerto das civilizações”?

Os valores e padrões vigentes nas relações internacionais ao longo do século XX nunca deixaram de sofrer contestações, mas nos dias que correm sua validade parece fortemente desgastada. A reconfiguração do sistema mundial é uma exigência crescente, seja de países ricos em crises prolongadas, seja de economias emergentes que demandam reconhecimento nas instâncias decisórias ou ainda de populações massacradas pela miséria. As mudanças esperadas implicarão maiores restrições à autonomia dos Estados nacionais? O discurso neoliberal hegemônico, objeto da atenção do pesquisador mexicano Jorge Velázquez Delgado, é pleno de ensinamentos sobre os desafios colocados ao reordenamento internacional. O autor coloca em pauta o papel do Estado na sociedade de mercado, tema com lugar garantido nos fóruns globais alternativos. O mais conhecido deles, o Fórum Social Mundial, é estudado nesta edição por Bruno Frederico Müller, que explora a noção de “cosmopolitismo” e ressalta o surgimento de ideias “alterglobalistas”. O pacifismo que anima tais ideias sonha com a possibilidade de construção de identidades pós-nacionais.

Evidentemente, tais esperanças são nutridas a contrapelo das tendências internacionais. O horizonte não dá sinais de que as guerras serão evitadas e, observa James Petras, as relações sino-americanas devem se agravar em futuro próximo. Malgrado a crise econômica, ou por sua conta, seguem crescendo os dispêndios com armas e aparelhos militares. Os pontos de tensão se multiplicam, envolvendo, em primeiro plano, países que detêm recursos naturais estratégicos. A riqueza e, em particular, a superioridade tecnológica persistirão determinando a sorte de possíveis beligerantes? Em sua apreciação sobre a Guerra do Golfo, Vágner Camilo relativiza essa convicção firmada pelo senso comum. Apoiado em uma leitura escrupulosa da literatura especializada, esse professor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, além de duvidar da eficácia da propalada “revolução dos assuntos militares” dos Estados Unidos, indica a efetividade de aspectos tradicionais da atividade guerreira.

A base social dos aparelhos militares e a motivação dos combatentes persistem decisivas no campo de batalha. O emprego de mercenários, tendência verificada na maior força militar do Planeta, parece ignorar lições firmadas ao longo da história. Daniel Zirker nos ajuda a refletir so-

bre a experiência da Segunda Guerra Mundial, analisando a composição das tropas neozelandesas e brasileiras que se distinguiram pela coragem diante de adversários poderosos. No exército da Nova Zelândia, predominaram os maoris e, no brasileiro, os nordestinos. Em ambos os casos, eram homens em busca de perspectiva de vida e de reconhecimento como cidadãos.

Perspectiva e reconhecimento são as aspirações que movem as iniciativas de integração dos sul-americanos. Esse processo tem absorvido a atuação dos governantes do Brasil, que passa a ser visto como “liderança regional”. Porém, não navega em mar tranquilo: o subcontinente é tensionado por múltiplos e variados conflitos de interesse. Exacerbando a complexidade do quadro político está a crescente presença militar dos Estados Unidos, sobretudo por meio do Plano Colômbia, examinado por Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior e Fábio Rodrigo Ferreira Nobre. A ingerência estadunidense, obviamente, torna-se uma preocupação geoestratégica para o Brasil.

No entanto, talvez seja na Bolívia onde se registra a mais desafiadora tarefa concernente à integração sul-americana. A ascensão de Evo Morales significou um giro à esquerda nesse país consumido por graves diferenças étnicas, socioeconômicas e ideológicas. Como observam Clayton Mendonça Cunha Filho e Ana Carolina Delgado, o dirigente boliviano buscou efetivar reformas internas, evitando, na medida do possível, abrir grandes conflitos nas relações exteriores. Em termos continentais, na Bolívia se apresenta mais claramente a proposta de consolidar um Estado legitimado por “nacionalidades” estabelecidas a partir de critérios étnicos. Para o Observatório das Nacionalidades, a Bolívia é um laboratório de excepcional importância.

Os Editores